



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO AUGUSTO WERLE

A EXTENSÃO RURAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: O
CASO DE CERRO LARGO/RS

CERRO LARGO
2014

MARCELO AUGUSTO WERLE

**A EXTENSÃO RURAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: O
CASO DE CERRO LARGO/RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Cerro Largo, como requisito para obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^a: Dra. Dionéia Dalcin.

CERRO LARGO

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Werle, Marcelo Augusto

A EXTENSÃO RURAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DE CERRO LARGO/RS: / Marcelo Augusto Werle.
-- 2014.

53 f.:il.

Orientadora: Dionéia Dalcin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração, Cerro Largo, RS, 2014.

1. A Extensão Rural No Desenvolvimento Das Agroindústrias Familiares De Cerro Largo/rs. I. Dalcin, Dionéia, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARCELO AUGUSTO WERLE

**A EXTENSÃO RURAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: O
CASO DE CERRO LARGO/RS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Cerro Largo, como requisito para obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Dionéia Dalcin.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

_____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. e Orientadora Dionéia Dalcin Dra
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof^ª. Louise de Lira Röedel Botelho Dra.
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof^ª. Fabrício Costa de Oliveira Msc.
Universidade Federal da Fronteira Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Professora Dionéia Dalcin, pela atenção, dedicação e orientação no desenvolvimento deste trabalho. Graças a sua persistência, disponibilidade e críticas construtivas, consegui desenvolver o trabalho.

À minha família que me apoiou nesses quatro anos e meio de graduação e sempre me incentivou nesse processo, e que sem a ajuda deles com certeza não teria conseguido.

Aos meus colegas e amigos da UFFS, pelos momentos de descontração.

Em especial às colegas Elenara e Fabiana que sempre me ajudaram nos momentos de maior dificuldade, por todos os trabalhos que fizemos juntos e pela amizade construída durante a graduação.

A todos os professores da UFFS, pelo conhecimento a mim transmitido nesse período.

Aos colegas bolsistas e professores do projeto de extensão “TIC”, pelas parcerias e pela experiência de vida adquirida nesse período.

RESUMO

O período contemporâneo trouxe mudanças em nosso modo de viver agir e pensar. Junto a esse novo modelo de organização social, enfatiza-se a presença maciça do capitalismo, cuja essência deste é a busca pelo lucro, fato que com o passar do tempo ocasionou algumas consequências, conhecidas e vivenciadas pela sociedade de hoje. Dentre os afetados, destaca-se a agricultura familiar e suas derivações, conforme se discute no decorrer deste estudo. Busca-se, portanto, analisar a relação e a contribuição da Emater para o desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares do município de Cerro Largo-RS. Conforme a literatura existente, os trabalhos voltados à assistência técnica e extensão rural no Brasil foram fragilizados pelo período da modernização da agricultura, tendo inclusive, dificuldades em adaptar-se às novas necessidades do meio rural, principalmente da agricultura familiar. O estudo de caráter exploratório permitiu levantar uma quantidade de dados suficientes para responder aos objetivos propostos, sendo que a coleta dos dados se deu por meio entrevistas, aplicadas na Emater e em cinco Agroindústrias deste município. Ao finalizar a pesquisa, percebeu-se que os objetivos desse estudo foram alcançados, sendo possível concluir que a atuação da Emater no município de Cerro Largo é satisfatória, em vista dos relatos dos gestores das agroindústrias analisadas.

Palavras-chave: Agroindustrialização. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Assistência Técnica.

ABSTRACT

The contemporary period brought changes in our way of living to act and to think. Close to that new model of social organization, the solid presence of the capitalism is emphasized, whose essence of this is the search for the profit, fact that in the course of time caused some consequences, known and lived by the society today. Among the affected ones, she stands out the family agriculture and their derivations, as it is discussed in elapsing of this study. It is looked for, therefore, to analyze the relationship and the contribution of Emater for the development of the agribusinesses rural relatives of the district of Cerro Largo-RS. According to the existent literature, the works returned to the technical support and rural extension in Brazil were fragile for the period of the modernization of the agriculture, tends besides, difficulties in adapting to the new needs of the rural way, mainly of the family agriculture. The study of exploratory character allowed lifting an amount of enough data to answer to the proposed objectives, and the collection of the data felt for half glimpses, applied in Emater and in five Agribusinesses of this district. To the research to conclude, it was noticed that the objectives of this study were reached, being possible to end that the performance of Emater in the district of Cerro Largo- RS is satisfactory, in view of the managers' of the analyzed agribusinesses reports.

Keywords: Agroindustrialização. Family agriculture. Rural development. Technical support.

LISTA DE SIGLAS

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

FETAG-RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

MG – Minas Gerais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ONGs – Organizações não Governamentais.

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONAT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar.

RS – Rio Grande do Sul.

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

SP – São Paulo.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2 O MUNICÍPIO DE CERRO LARGO.....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL.....	17
3.2 EXTENSÃO RURAL.....	20
3.3 AS AGROINDÚSTRIAS.....	23
4 METODOLOGIA.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
5.1 A EMATER.....	29
5.2 AS AGROINDÚSTRIAS.....	33
5.3 A RELAÇÃO EMATER X AGROINDÚSTRIAS.....	37
5.4 A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	41
6 CONCLUSÃO.....	43
REFERENCIAS.....	45
APÊNDICES.....	50

1 INTRODUÇÃO

As agroindústrias familiares são importantes ferramentas no processo de inclusão social de muitos países, insere-se com ímpeto nessa constatação o Brasil, nação de diversidades produtivas e potencial frenético para o desenvolvimento (CENCI, 2007).

Diante disso, torna-se válido enfatizar que uma das áreas de relevância e destaque na promoção do desenvolvimento é o setor agropecuário que engloba direta e indiretamente, indústrias, empresas de insumos, sementes, tecnologia, agroindústrias, enfim, várias cadeias são fortalecidas por essa inter-relação, em consequência, geram-se empregos, renda, produção de alimentos, etc. Devido a isso, percebe-se a importância das atividades ligadas ao campo e o fato de suas “ramificações” trazerem benefícios ao país. Conforme divulgado pelo jornal “O Estadão”, segundo projeções da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária o setor do agronegócio deverá responder em 2013, por 23% de toda a riqueza gerada no País.

Esse trabalho, no entanto, restringe-se em abordar a importância das agroindústrias para o desenvolvimento de Cerro Largo-RS e seu poder de modificar o ambiente em que se insere, e a relação das mesmas com a Emater.

Conforme Pelegrini (2003, pg.22) “os processos de agroindustrialização, principalmente de alimentos, estão relacionados à reprodução e à sobrevivência dos indivíduos que exercem essa atividade”.

O relatório divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 2013, mostrou a existência de aproximadamente 35 mil empreendimentos de agroindustrialização em 2008 (IPEA, 2013). Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) apontam que 16,7% dos estabelecimentos rurais do Brasil, beneficiam e/ou transformam algum tipo de matéria-prima.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (2013) é dado às agroindústrias o mérito de serem notavelmente mais competitivas se comparadas a outros empreendimentos que não se caracterizam como tais, sua capacidade de geração de renda e agregação de valor se deve ao processo produtivo “peculiar”, pois envolvem de maneira intrínseca, fatores sociais, ecológicos, nutricionais, éticos, artesanais, entre outros. Estes elementos permitem que as agroindústrias adotem o princípio da “diferenciação”, conferindo-lhes o poder de serem os únicos capazes de oferecer um produto com características particulares, cada vez mais aceitas pelos consumidores, podendo tornar-se uma tendência mundial, visto que em muitos países a prática da agroindustrialização é bastante expressiva e

promove o desenvolvimento das áreas rurais (BRASIL - Coordenação de Fomento a Diversificação Econômica, 2007).

Entretanto, mesmo usufruindo de vantagens em relação aos demais mercados, as agroindústrias, muitas vezes defrontam-se com alguns entraves, como ausência de políticas de comercialização, burocracia na obtenção de créditos, falta de informação, mão de obra escassa, assistência técnica ineficiente, entre outros elementos que carecem de soluções (SULZBACHER, 2009 ; CENCI, 2007).

Com base nestes argumentos, depara-se hoje, com alguns órgãos de auxílio e suporte na promoção do desenvolvimento do meio rural. Por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que atua no setor de assistência técnica e extensão rural no Brasil, e seu papel é auxiliar de maneira educativa, produtores rurais e agroindústrias na geração de renda ao meio rural. Contudo, cabe ressaltar que o termo “EMATER” não é utilizado em todo o território nacional, e que geralmente essa nomenclatura varia de Estado a Estado, como exemplo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, que atua na assistência técnica no Estado de Santa Catarina, sendo seu papel, garantir a assistência técnica e extensão rural aos produtores, assim como em outros Estados brasileiros, ou seja, órgãos distintos, mas com a mesma finalidade.

A assistência técnica e extensão rural é uma política voltada principalmente para o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais familiares. Esse movimento possui coordenação e apoio da Secretaria da Agricultura Familiar, sendo seu órgão superior o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que entre outras funções, também oferece apoio ao serviço de Ater, sendo este relevante para permitir o acesso qualificado a esta nova política (MDA, 2013).

Com intuito de garantir constitucionalmente o direito à assistência técnica e extensão rural, no Brasil foi sancionada em 11 de Janeiro de 2010 a Lei de ATER, que instituiu a Política Nacional de Ater – PNATER e de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER que altera a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

A Lei nº 12.188 de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, garante o “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (MDA, 2013).

Com base na legislação observa-se a necessidade reforçar o diálogo entre os agentes, no caso, a Agricultura Familiar e a Emater, com intenção de “despertar” agricultores e agroindústrias para que possam exercer seus direitos de acesso a essas políticas.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Aborda-se neste trabalho o papel e a contribuição da Emater para o desenvolvimento das agroindústrias do município de Cerro Largo-RS, por questões de viabilidade e disponibilidade de tempo reduzido, o que impede a realização de um trabalho de maior dimensão.

A conjuntura histórico-política mostra a existência de muitas práticas em prol do desenvolvimento da agricultura moderna e intensiva no país, no entanto, essas práticas trouxeram também consequências negativas, principalmente para a agricultura familiar e de subsistência (WESZ; TRENTIN, [s.d]).

Constatou-se que a agricultura familiar, principalmente aquela que produz grãos ou *commodities* que não se dedicava à produção diversificada, teve uma redução significativa na composição de sua renda, ocasionada principalmente pela modernização, esta última, caracterizando-se por ser intrinsecamente excludente, nesse caso, de pequenos produtores rurais desprovidos de recursos, impossibilitado-os de acompanhar os avanços tecnológicos decorridos desse processo. Até pouco tempo, a agroindustrialização estava concentrada nas cidades e sua produção era em grande escala, onde muitos agricultores eram fornecedores, permanecendo com a menor parcela dos ganhos. Movido pela ausência de políticas no campo, tornou-se visível a fragilização do mesmo, o êxodo rural e a pobreza foram os primeiros efeitos percebidos. Apenas recentemente os dirigentes governamentais sentiram a necessidade de desenvolver ações voltadas para a agricultura familiar, na tentativa de reverter essa realidade (BRASIL - Coordenação de Fomento a Diversificação Econômica, 2007).

Apesar de indicadores de desenvolvimento razoáveis, o Estado do Rio Grande do Sul depara-se com algumas áreas em que os índices de desenvolvimento ainda são considerados preocupantes, o noroeste do RS faz parte dessa realidade, estando por anos, desamparado pelas diferentes representações políticas ideológicas e desenvolvimentistas até então (ROTTA *et al.*, 2007), o que reforça ainda mais a necessidade de voltar os estudos para o contexto geográfico em questão.

Logo, pretende-se buscar respostas para o seguinte questionamento. Qual a relação da assistência técnica e extensão rural com o desenvolvimento das agroindústrias em Cerro Largo, Rio Grande do Sul?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação e a contribuição da empresa de assistência técnica e extensão rural, EMATER para o desenvolvimento de agroindústrias rurais familiares no município de Cerro Largo, Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

A - Identificar o trabalho realizado nos últimos cinco anos, pela empresa de extensão rural, (Emater) e seu grau de comprometimento com as agroindústrias de Cerro Largo.

B - Identificar o nível de interesse das agroindústrias em participar dos programas oferecidos pela Emater de Cerro Largo.

C - Confrontar a visão da Emater com a das agroindústrias de Cerro Largo, baseado nas respostas dos entrevistados.

1.3 JUSTIFICATIVA

A importância do desenvolvimento de pequenas propriedades e agroindústrias não se resume só em garantir renda, mas também o bem estar, lazer, estabilidade, perspectiva de alavancagem financeira, enfim, criar um ambiente favorável de sobrevivência no campo. A agricultura familiar, que compreende horticultores, extrativistas, agroindústrias, entre outras atividades de produção em baixa escala, ligadas ao campo, correspondiam em 2012, por 77% da geração de empregos no setor agrícola do Brasil (FAO, 2012). Ainda segundo dados do IBGE, em 2009 o Brasil possuía 4.500.000 propriedades de agricultores familiares que correspondiam por 70% da produção de alimentos.

É válido destacar que ao tratar-se do conceito de agricultura familiar também se insere nesse espaço, as agroindústrias, justificando utilização de terminologias e literaturas relacionadas ao tema.

Essa abordagem torna-se, portanto, reflexiva e instigante no sentido de verificar a importância da relação entre a agricultura familiar e os processos informativos - educativos existentes no campo e como estes contribuem para seu desenvolvimento.

O “educar” para a extensão rural demanda de constantes aperfeiçoamentos, a globalização e seu caráter altamente evolucionista fez com que a prática extensionista

repensasse seu modo de agir, mostrando-se dinâmica e capaz de acompanhar as tendências que permeiam a agricultura, afim de, atender as exigências das pessoas que sobrevivem da terra, principalmente dos minifúndios (BREITENBACH, 2007).

Logo, defronta-se com a seguinte questão, porque estudar as agroindústrias e suas inter-relações com a assistência técnica e extensão rural? Justamente pelo fato das agroindústrias serem excelentes meios de transformação e agregação de valor e independência ao modelo capitalista vigente, visto que este processo é altamente excludente e corrompeu por anos a agricultura familiar, em vista disso, buscar novas alternativas sustento é imprescindível.

Nas distintas geografias do Brasil percebe-se a existência de lacunas no desenvolvimento das atividades desempenhadas pelos órgãos governamentais, seja nas cidades ou no campo (ROTTA *et al.*, 2007). Diante disso, verifica-se a necessidade de iniciar uma abordagem, quanto a real função dos órgãos de assistência técnica e extensão rural no sentido de desempenhar seu papel como instituição de promoção e desenvolvimento de empreendimentos rurais familiares, na busca por novas alternativas de produção e modelos de gestão mais eficientes.

Dessa maneira, o estudo em questão, mesmo não sendo abrangente o suficiente para sanar todos os problemas existentes na área, pretende, contribuir para a comunidade acadêmica no sentido de proporcionar mais essa ferramenta na compreensão do contexto em que está inserida e ainda auxiliar nas ações que visam à promoção do desenvolvimento regional rural. Além de servir de base para novos trabalhos nessa área em vista da inexistência de uma literatura sobre o assunto em específico.

Considera-se relevante o entendimento da Emater quanto a sua estruturação, funcionamento e organização, para que este estudo se mostre o mais claro possível e tenha sua validade reconhecida.

Portanto, a Emater no RS divide-se em “regionais”, estas localizadas em um município estratégico para facilitar o acesso dos demais municípios pertencentes a esta regional, no caso, Cerro Largo pertence para a regional de Santa Rosa – RS, sendo que cada regional pode apresentar algumas características de trabalho distintas, não havendo a possibilidade de “homogeneização” (EMATER, 2013).

A escolha da cidade de Cerro Largo nesse estudo deve-se ao fato da Universidade Federal da Fronteira Sul estar localizada na cidade alvo em que se realizou o trabalho, facilitando o acesso às informações e a coleta dos dados. Essa proximidade permite ainda, um “diálogo” mais coeso entre Comunidade e Universidade, nesse caso entre a Emater,

Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo e as Agroindústrias. A realização desse estudo exclusivamente no município de Cerro Largo torna o mesmo um tanto limitado, no entanto, evita-se o levantamento de dados dispersos, sem utilidade, ao ponto de afetar a idoneidade do estudo, em vista da disponibilidade de tempo reduzido. Entendendo as características, tanto das agroindústrias quanto da Emater, poder-se-á, a partir desse entendimento, sugerir que os agentes envolvidos conheçam os resultados encontrados na pesquisa, para que estes futuramente possam ajustar suas metodologias de trabalho, para que o convencimento e persuasão tornem-se mais eficazes, garantindo melhores resultados na promoção do desenvolvimento das agroindústrias e demais segmentos que atuam os extensionistas.

Conforme dados da Emater (2013), existem atualmente no município de Cerro Largo 21 (vinte e uma) agroindústrias familiares, dentre essas algumas trabalham na legalidade, outras estão em processo de regularização e ainda aquelas que atuam de forma irregular. Destaca-se que o objetivo deste trabalho não é identificar e fiscalizar qualquer tipo de irregularidade, ilicitude, sendo apenas o foco do trabalho, verificar a relação existente entre agroindústrias e Emater.

2 O MUNICÍPIO DE CERRO LARGO

Cerro Largo é uma cidade localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com uma área de 177, 675 Km². No censo demográfico de 2010, Cerro Largo contava com uma população de 13.289 habitantes e com uma estimativa de 13.872 habitantes para 2013. Seu processo de colonização oficial iniciou em 04 de outubro de 1902 pelo padre Jesuíta Maximiliano Von Lasberg, juntamente com um grupo de famílias oriundas da região de Montenegro (IBGE CIDADES, 2013).

A seguir tem-se a localização do Município de Cerro Largo por meio de um mapa, que facilita os leitores situarem-se com o trabalho, vide figura 1.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul.



Fonte: www.infoescola.com/mapas/mapa-das-microrregioes-do-rio-grande-do-sul/

Para mensurar o nível de desenvolvimento de um município, tem-se o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), esse índice é resultado de um detalhado estudo econômico e social do País, importante para subsidiar políticas públicas, além de oferecer aos gestores municipais ferramentas para o acompanhamento e promoção de melhorias (PORTAL

BRASIL, 2013). Em Cerro Largo, conforme dados do Censo demográfico de 2010, este índice está em 0.764, considerado alto e satisfatório para um município destas proporções.

Conforme site da Prefeitura Municipal (2014), a economia de Cerro Largo está baseada principalmente no setor de prestação de serviços, Comércio, Indústrias e setor agrícola (soja, trigo, milho, suinocultura e gado de leite). Além destas atividades, os extensionistas do escritório municipal da Emater de Cerro Largo destacam a crescente evolução do número de agroindústrias rurais familiares, ainda que predominantemente informais, geram o sustento de um número cada vez maior de famílias, principalmente naquelas propriedades menos favoráveis ao cultivo mecanizado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

O conceito de desenvolvimento requer uma abordagem cautelosa, a fim de evitar que se tenha uma ideia equivocada sobre o tema, visto que hoje existem diversas teorias e conceitos desenvolvidos por diferentes pensadores, no entanto, todas ou, quase todas possuem seu teor de validade, diante disso, destacam-se aqui algumas abordagens referentes ao desenvolvimento e suas ramificações.

Historicamente, depara-se com a discussão entre a relação de crescimento e desenvolvimento econômico, o crescimento econômico está diretamente relacionado ao acréscimo contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. Já o desenvolvimento econômico está atrelado a um conceito mais qualitativo, que envolve as alterações da composição do produto, alocação de recursos pelos distintos setores da economia, com isso, melhorar alguns indicadores como bem-estar da economia e das pessoas (como a pobreza, desigualdade, desemprego, acesso à educação, saúde, alimentação, etc.) (VASCONCELLOS, 2011).

Para Colman e Nixson (1981 apud, VASCONCELLOS, *et al.*, 2004) o desenvolvimento é um processo de aperfeiçoamento de valores em que a sociedade deseja e se sente bem quando os alcança. Sendo que cada ambiente possui pessoas com características e anseios distintos, sendo assim, o que pode ser considerado desenvolvimento no Brasil, pode não ser válido na Alemanha, por exemplo.

Percebe-se da existência de diversas abordagens e adjetivações sobre o conceito de desenvolvimento, no entanto, abordá-las em sua totalidade, tornar-se-ia inviável.

No estudo em questão pretende-se compreender de maneira ainda que genérica o conceito de desenvolvimento rural e sua relação com as agroindústrias. Uma questão de recentes estudos refere-se à possibilidade de poder “mensurar” o desenvolvimento de maneira “segmentada”, por exemplo, medir o nível de desenvolvimento do meio urbano e das áreas rurais de maneira separada, considerando que muitas vezes um país é considerado desenvolvido, mas não se tem a dimensão de quanto o campo e quanto à cidade contribuem para que esse desenvolvimento ocorra.

Nos estudos, Kageyama (2008), destaca que o desenvolvimento rural não se identifica com a concepção de crescimento econômico, mas visto como um processo multidimensional que envolve dimensões econômicas, socioculturais, políticas institucionais e ambientais.

Conforme esclarece Favareto (2007), historicamente as cidades e o campo estiveram interligados, seja por questões naturais ou forçadas. Os campos eram responsáveis pela

produção dos alimentos, enquanto que as cidades ofereciam suporte tecnológico aos agricultores, na confecção de ferramentas que permitiam ao campo, desenvolver e aperfeiçoar suas técnicas de produção (característica ainda hoje percebida na relação campo e cidade) e assim, aumentar a produtividade e por fim criar condições para o aumento da população por meio da produção de alimentos.

Nesse contexto, têm-se abordagens sobre o desenvolvimento das áreas rurais e suas inter-relações, e como esses elementos contribuem na construção de um país desenvolvido. A partir de meados dos anos 90 a agricultura se estabeleceu como um setor importante para estabilização econômica no Brasil (NUNES; GRÍGOLO, 2013).

Em consonância com as evidências acima mencionadas, justifica-se a importância do aprofundamento do conceito de “desenvolvimento rural.”

Diversos autores defendem que o entendimento do conceito de “desenvolvimento rural” não se sustenta por si só, sendo imprescindível verificar teorias e conceitos adjacentes ao tema. Conforme destaca Terluin (2003), entender os demais estudos relacionados às áreas rurais, servem de base para a compreensão do conceito de desenvolvimento rural, destacando as seguintes abordagens de apoio; economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia.

Mesmo que de extrema relevância ao presente trabalho, percebe-se a inexistência de uma literatura sólida no que se refere ao desenvolvimento regional, no entanto, algumas teorias permitiram um embasamento breve, mas condizente ao que foi proposto.

Para Veiga (2006), ações voltadas ao “micro” são mais bem sucedidas se comparadas às de caráter, macro o mesorregional. Nesse sentido, percebe-se a importância do papel individual do ser humano em prol do desenvolvimento, onde cada um com sua força de vontade estabeleça metas para que o conjunto destas ações futuramente garanta o desenvolvimento, seja nas cidades ou no campo.

A utilização do termo “globalização” é segundo a nossa mente muitas vezes, sinônimo de capitalismo, a geração de receitas, impostos, exploração, etc. No entanto, esse fato pode ser observado como algo benéfico à sociedade no sentido de reforçar a importância do desenvolvimento local e regional sob a perspectiva da necessidade da formação de identidades e de diferenciação para que possam enfrentar o ambiente de competitividade existente, trata-se de buscar estratégias que se tornem competitivas frente à nova realidade (MARTINELLI; JOYAL, 2003).

Para Cabugueira (2000), torna-se imprescindível a busca por novas estratégias para o desenvolvimento local e regional, visto da complexidade e competitividade que o processo de

globalização impõe. O autor destaca ainda a necessidade de fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, qualificação profissional e a capacidade adaptativa do sistema produtivo, além disso, desenvolver uma gestão estratégica altamente eficiente para então “competir regionalmente” com o mercado global.

O estudo do desenvolvimento rural pode ser observado sob três enfoques: o *desenvolvimento exógeno*, o desenvolvimento a partir do *enfoque endógeno*, e o *misto*, conjunto dos enfoques anteriores, o primeiro parte da ideia de que o desenvolvimento acontece a partir de forças externas, como políticas de modernização, a tecnologia. Desenvolvimento a partir de uma perspectiva *endógena* considera fatores essenciais para o desenvolvimento, os impulsos locais, como apoio e incentivo institucional, relevo favorável, clima, entre outros. Finalmente o desenvolvimento das áreas rurais é fruto da combinação de fatores externos e internos, onde se percebe a interligação dos dois elementos simultaneamente (TERLUIN, 2003 apud KAGEYAMA, 2004 p, 383).

Veiga (2000) destaca alguns elementos que contribuem para que haja desenvolvimento rural:

- Menor desigualdade no acesso a terra e à educação, isso faz com que a renda aumente e traga a redução da pobreza nas áreas rurais.
- Incentivo à diversidade de produção na agricultura, criação de agroindústrias, a ideia de redes e cooperativas para alavancar o setor.
- Enfatizar a necessidade de buscar aproximar os centros industriais e de tecnologia, para que se constituam condições favoráveis ao desenvolvimento das áreas rurais.
- Apoio dos municípios, quanto à valorização do território e produção local a logística, legislações mais condizentes com a realidade dos produtores, etc.

Recentemente o órgão que mais vem desenvolvendo políticas para o meio rural é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de diferentes programas e projetos na tentativa de gerar oportunidades e garantir a cidadania plena aos brasileiros do meio rural, instrumentos como o PRONAT, PNATER, PRONAF e PNCF são alguns exemplos que visam propiciar a melhora na vida do campo (MDA, 2010).

A busca pela efetivação do desenvolvimento rural em pequenas propriedades e agroindústrias é de extrema relevância no que tange o processo de desenvolvimento de um país. No entanto, para que esse processo se concretize torna-se imprescindível que inicialmente os agentes transformadores conheçam a realidade de cada região, identificando os principais gargalos e dificuldades para que a partir de então sejam desenvolvidas políticas em favor da dada realidade (BREITENBACH, 2004).

Infelizmente a ciência e os processos que investigam o meio rural adquiriram alguns vícios decorrentes da modernização, tais como identificar o rural puramente em conceitos, definindo o espaço pesquisado de maneira prematura, ou seja, fornecer teorias mesmo antes de conhecer a realidade baseado muitas vezes em dinâmicas demográficas, onde o rural era estudado sob perspectivas populacionais, que considerava o rural como um espaço isolado, evidenciando a distância entre a cidade e o campo (WESZ; TRENTIN, [sd]).

3.2 EXTENSÃO RURAL

Não tão distante, percebeu-se algumas condições históricas e particulares, onde foi vista a necessidade da extensão rural “repensar” e formular novas estratégias e objetivos em função de algumas mudanças ocorridas no contexto em que está inserida. Visto que a prática extensionista pouco mudou de alguns anos em relação aos dias atuais (CAPORAL, 1991).

Têm-se registros de que as primeiras práticas extensionistas no Brasil ocorreram em Viçosa- MG, São José do Rio Pardo – SP e algumas outras cidades dos arredores, desenvolvidas por professores americanos, agricultores e técnicos, tais práticas foram pouco a pouco ganhando espaço e mais tarde, por volta de 1948, à extensão rural no Brasil foi oficializada e era considerado um excelente mecanismo de transmissão de informações para os agricultores do país (CALLOU *et al.*, 2008).

Como elemento central destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), onde fica clara a importância da Extensão Rural para a consolidação da democracia do país, é clara a necessidade de amparo das classes historicamente esquecidas em termos de tecnologia e outras práticas de desenvolvimento ocorridas pelo mundo, dessa forma, como centro dessa política é a inclusão de grupos excluídos, na busca pela igualdade social (CALLOU *et al.*, 2008).

A Ater- Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil começou a desenvolver seus trabalhos após a Segunda Guerra Mundial, quando a agricultura foi mesclada entre período pré-guerra e pós-guerra, a industrialização e a utilização de tecnologias híbridas na agricultura permitiram esses avanços (CALIL, 1999 apud NUNES; GRÍGOLO, 2013).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater têm por meio de seus serviços, o objetivo de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, através do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável (PORTAL MDA, 2014)

Os profissionais de Ater são aqueles ligados à extensão pública oficial (Ematers, Epagri, Prefeituras), além de ONGs, cooperativas de técnicos, empresas privadas de planejamento, etc.

Segundo Nunes e Grígolo (2013), hoje, a Ater é apresentada em duas faces. De um lado, uma política voltada à necessidade de incentivar a agroecologia e disseminar a ideia de redução do uso de insumos agrícolas industrializados. De outro, o financiamento agrícola está relacionado à comercialização de insumos e adoção do pacote tecnológico exigido pelo Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, estimulando o uso de inseticidas e pesticidas.

Essas constatações são, portanto, divergentes à nova política de Ater, pois ao mesmo tempo em que se busca produzir com o mínimo de agressão ao meio ambiente, os agentes financeiros e de desenvolvimento estimulam a utilização de práticas contrárias à proposição anterior.

O papel da Extensão Rural no RS está em promover o desenvolvimento rural e sustentável, através de ações da extensão rural e da assistência, por meio de instrumentos educativos e participativos, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar, criando um ambiente propício para o pleno exercício da cidadania e a melhora na qualidade de vida da população gaúcha, (EMATER – RS, 2013).

Com base no Art. 2º da Lei de ATER, entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção e beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (PLANALTO. GOV, 2010).

Recentemente, o MDA em parceria de suas secretarias, conforme instituiu a Lei de Ater de Janeiro de 2010, lançou um programa altamente abrangente de caráter nacional, e de perceptível potencial para fortalecer a agricultura familiar, além de permitir que as instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural possam quebrar alguns paradigmas e que mostrem sua capacidade como órgãos desenvolvimentistas. Trata-se da “Chamada Pública para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável”.

O principal objetivo da “Chamada Pública” é gradualmente construir um processo de mudança nos agroecossistemas tornando os estilos de agricultura familiar mais sustentável, visando trazer ao campo (organização, fortalecimento das representações políticas sociais, melhoria da qualidade de vida, autonomia, segurança alimentar e nutricional, participação de jovens e mulheres nas decisões, diminuição do uso de insumos contaminantes, conservação da

agrobiodiversidade, melhoria dos indicadores de qualidade ambiental do solo e da água, geração apropriada da renda, eficiência produtiva, organização econômica, agroindustrialização, acesso a mercados), percebe-se que o programa atua sob três pilares, social, ambiental e econômico (MDA, 2012).

Com base nesses elementos, a “Chamada Pública” estabelece que as instituições de Ater atendam os seguintes eixos estratégicos:

- Organização e estruturação sócio-produtiva e ambiental das propriedades rurais, considerando e incentivando a pluriatividade e a geração de renda e da segurança alimentar dessas famílias.
- Disposição e geração de tecnologias sustentáveis adequadas à realidade dos pequenos produtores rurais.
- Políticas de comercialização e de acesso a mercados locais e regionais.
- Articulação de novas políticas públicas para a agricultura familiar (MDA, 2012).

Em resumo, a “Chamada Pública” consiste em acompanhar de forma constante 120.050 (cento e vinte mil e cinqüenta) famílias da Agricultura familiar durante o período de 3 anos em diversos municípios do território nacional, sendo estes selecionados de maneira estratégica, afim de alocar de maneira mais eficiente possível os recursos disponibilizados por este programa (MDA, 2012).

Percebe-se através destas informações, o surgimento de diversas políticas em prol do desenvolvimento da agricultura familiar, tendo como instituição maior o Ministério do Desenvolvimento Rural – MDA e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, no entanto, a questão executiva destes projetos parte de ações das instituições de Ater, responsáveis pelo contato direto com os produtores rurais com intuito de garantir a efetivação destas ações.

Em virtude do montante de atividades que vem surgindo em favor dos menos favorecidos do campo, questiona-se da origem e dos meios que impulsionaram a criação desses modelos de desenvolvimento. A lei Nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (PLANALTO. GOV, 2010).

Conforme consta, o congresso nacional decretou a Lei de ATER e assim segue:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, cuja formulação e supervisão são de

competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (PLANALTO.GOV, 2013).

Em seus estudos, Caporal (1991) destaca que a extensão rural no Brasil esteve a mercê de influências do poder do aparelho capitalista, determinado pelo interesse das classes dominantes mundiais, além disso, essa realidade tende a se estender por um período ainda incerto, considerando as condições existentes que impedem uma mudança ideológica entre os distintos agentes, mudança essa, imprescindível para mudar a realidade imposta até então.

Recentemente a ATER, passa por algumas mudanças estruturais em seu modelo de gestão. No dia 19 de dezembro de 2013 foi aprovado, no Senado Federal, o Projeto de Lei 5.740 que autoriza o Poder Executivo criar a Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). O custo da estrutura da ANATER será de R\$ 25 milhões e contará inicialmente com 130 funcionários, com orçamento previsto de 1,3 bilhões em 2014, o montante será usado para contratar serviços de Ater com objetivo de aumentar a produtividade, melhorar a renda no meio rural e promover a desenvolvimento sustentável (PORTAL BRASIL, 2013).

3.3 AS AGROINDÚSTRIAS

O surgimento das agroindústrias em diversas estâncias do país pode ser visto como um processo de renovação dos sistemas agroalimentares. Alguns autores destacam de maneira sucinta o potencial a elas aferidas;

Estas transformações estão ligadas a aspectos como a revalorização dos produtos locais e especialidades, a crescente importância social e econômica das atividades rurais não agrícolas, a crise dos processos de modernização da agricultura, consumidores mais exigentes em termos alimentares, a volta dos habitantes urbanos ao espaço rural, entre outros fatores, como Marsden *et al.*,(1992, apud WESZ *et al.*, 2008 p, 6) “chamam de um processo de ‘reestruturação dos espaços rurais’ ou na expressão de Goodman e Watts (1994), de ‘reconfiguração do rural e do capitalismo no sistema agroalimentar’.”

No Estado do Rio Grande do Sul consideram-se agroindústrias rurais familiares:

Aqueles empreendimentos de propriedades ou posse de agricultor (es) familiar (es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas(EMATER, 2013).

Para Sulzbacher (2009), a Agroindústria Familiar Rural pode ser vista como uma infra-estrutura localizada no meio rural, com a finalidade única de processar e/ou beneficiar

produtos agropecuários, sejam de origem vegetal ou animal, vindos da propriedade familiar, tendo como característica, a força de trabalho familiar.

Nos estudos de Guanziroli (2010), baseado na ideia de Guimarães e Silveira (2008), destaca-se as tipologias de Agroindústrias rurais, conforme Quadro 01 a seguir:

Quadro 1- Tipologias de Agroindústrias Familiares Rurais.

Tipo de Agroindústria Rural	Relação com a Agricultura	Relação com o Mercado	Validação legal	Aspectos culturais
Agroindústria Caseira	Sem equipamentos específicos	Prioridade consumo próprio e vende o excedente em mercados locais	Informalidade e nenhum controle sanitário	
Agroindústria Familiar Artesanal	Produtos típicos da culinária característica de determinada região	Direcionado ao mercado local/regional	Segue Boas Práticas de Fabricação (BPF), visando avançar na qualidade sanitária	Caráter artesanal do produto final, ligado a um saber inter-geracional
Agroindústria Familiar de Pequeno Porte	Agroindústria convencional de pequena escala, surgem como oportunidade de renda para uma família ou grupo de famílias	Mercados regionais e ou nacionais	Parâmetros são os mesmos das grandes indústrias, em termos de controle sanitário	Não há nenhum saber fazer específico a ser valorizado, mas um saber fazer apreendido na área de tecnologia de alimentos

Fonte: Guanziroli, 2010.

Conforme dados do censo agropecuário (IBGE, 2006), a atividade de agro processamento nas propriedades de agricultores familiares do Estado do Rio grande do Sul é intensa, e correspondia naquele ano 82.220 estabelecimentos, destes, 30.225 declaravam ter renda com essa atividade.

Destaca-se como relevante o fato da grande maioria destes estabelecimentos atuarem na informalidade, no entanto, o Estado do RS através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), e em parceria com a EMATER vem desenvolvendo ações para reverter estes dados.

Para obter reconhecimento e ser referencia em políticas públicas voltadas para a agroindústria familiar, foi criada no RS a Lei nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012, com a finalidade da agregação de à produção na agricultura, à pesca, extração vegetal e aquícolas, voltando suas políticas para o desenvolvimento rural sustentável e à promoção da segurança alimentar e nutricional da população além buscar promover o incremento da renda das famílias envolvidas (EMATER-RS, 2013).

Dentre os diversos programas desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura Familiar, destaca-se o “Programa de Agroindústria”, que visa à inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, com a finalidade agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, oferecendo melhores condições de vida aos envolvidos. A valorização da agroindústria familiar é incentivada pela secretaria para que as famílias rurais possam sair do anonimato através de associações e cooperativas, e assim, seu negócio se torne ligeiramente viável e seu poder de comercialização e negociação ampliado, além do reconhecimento da qualidade considerando a legislação imposta pelo programa (MDA, 2014).

Mesmo diante das políticas existentes em prol das agroindústrias, depara-se com inúmeras dificuldades quanto a sua implantação no meio rural. Em uma pesquisa realizada por Oliveira e Sacco dos Anjos (2008), apontou que os investimentos realizados pelo governo, não garantem a instalação e continuidade das agroindústrias, sendo que algumas variáveis interferem no sucesso destes investimentos. O primeiro elemento apontado pelos autores é a escolha inadequada do público-alvo que adere ao programa, outro entrave é a legislação fiscal e sanitária imposta às grandes empresas, também aplicada às agroindústrias de pequeno porte, que dificulta seu poder de crescimento devido a tais exigências. Isso ocorre porque o universo da agricultura familiar é tratado de maneira homogênea, que não considera a diversidade e os demais fatores ali existentes (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Nos estudos de (WESZ; TRENTIN; FILIPPI, 2008), sobre a influência das agroindústrias para o desenvolvimento de áreas rurais destaca-se que estas refletem positivamente através do aumento da renda familiar, menores índices de vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores, a diversificação e fortalecimento da economia local, preservação da cultura, geração de emprego no campo, redução do êxodo rural além da valorização das mulheres na tomada de decisões e gestão dos empreendimentos.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, pois buscou apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando um campo de estudo de trabalho, rastreando as condições e manifestos desse objeto (SEVERINO, 2007). A adoção deste tipo de método ocorre geralmente quando se tem pouco conhecimento sobre o assunto, além disso, na pesquisa exploratória os métodos são mais flexíveis e não estruturados, afim de que o pesquisador possa iniciar seus estudos sem que tenha concepções prévias sobre os dados que serão encontrados, assim tornam-se mais remotas as chances do autor influenciar os resultados do estudo (AAKER *et al.*, 2011). Diante disso, percebeu-se que a pesquisa exploratória permitiu nesse trabalho, construir métodos adequados para que se encontrassem as respostas aos objetivos propostos, visto que o questionário e a forma de abordagem puderam ser perfeitamente adaptados à realidade do campo de estudo, garantindo a efetivação do mesmo através da obtenção de dados consistentes e objetivos.

Os estudos exploratórios são investigações com pesquisa empírica cuja finalidade é formular questões ou problemas, com três finalidades: aumentar a proximidade do pesquisador com o ambiente, desenvolver hipóteses ou modificar e esclarecer alguns conceitos (LAKATOS, 2010).

Em um primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica, aquela realizada a partir de registros disponíveis, fruto de pesquisas anteriores (SEVERINO, 2007). Os principais meios de coleta de informações para a composição da pesquisa bibliográfica foram revistas, jornais, periódicos, sites oficiais e o escritório municipal da Emater de Cerro Largo.

Como segunda etapa ocorreu a pesquisa de campo, utilizada para obter informações pertinentes e que permitiram que se encontrasse os resultados para responder aos problemas identificados na literatura existente, além de ser utilizada para comprovar ou descobrir novos fatos (LAKATOS, 2010). As entrevistas aliadas ao roteiro de entrevista foram realizadas nos meses de Abril e Maio do ano de 2014. O campo de pesquisa nesse estudo foi a Emater e algumas agroindústrias da cidade de Cerro Largo, verificada a inviabilidade de recursos e tempo para ampliar o campo de investigação aos demais municípios. As entrevistas foram previamente agendadas e posteriormente realizadas as visitas para a coleta de dados, a coleta se deu por meio de anotações manuscritas e/ou digitalizadas.

Conforme o escritório municipal da Emater (2014), em Cerro Largo existem 21 (vinte e uma) agroindústrias, no entanto, fica clara a inviabilidade de realizar entrevistas em todos estes empreendimentos, pois envolveria várias questões como, disponibilidade de tempo, recursos financeiros, difícil acesso, entre outros fatores. Além disso, o teor qualitativo da

pesquisa permitiu que o tamanho da amostra pudesse ser reduzido devido ao aprofundamento dado na metodologia em questão.

Averiguando os objetivos propostos neste trabalho, foram realizadas entrevistas com auxílio de roteiros de entrevista semi-estruturados, sendo 1 (um) roteiro de entrevista destinado à Emater do referido município, e outro voltado para entender às agroindústrias. Portanto, entrevistou-se 5 (cinco) agroindústrias, julgando ser proporcionalmente suficiente para validar o teor da pesquisa, sendo as mesmas classificadas em três categorias, legalizadas, em processo de legalização e informais. Das 5 (cinco) agroindústrias, foram entrevistadas, 2 (duas) agroindústrias legalizadas, 1(uma) em processo de legalização e 2 (duas) informais, o critério de escolha das agroindústrias entrevistadas deu-se por sorteio, cada qual na sua classificação.

Os roteiros de entrevista encontram-se nos apêndices A e B, sendo que o roteiro de entrevista aplicado na Emater é composto por 14 questões abertas, semi-estruturadas, para que os agentes pudessem relatar sobre os trabalhos realizados e voltados exclusivamente às agroindústrias, as dificuldades os desafios enfim, com a entrevista almejou-se conhecer de maneira minuciosa, as características de atuação da Emater do município de Cerro Largo e sua relação com as agroindústrias. Já o roteiro de entrevista aplicado às agroindústrias é composto por 15 questões abertas e buscou-se por meio destas, entender como se comportavam os gestores das agroindústrias frente à possibilidade de poderem usufruir dos benefícios da Lei de Ater, e como a Emater vem desempenhando esse papel. Ainda nos apêndices, consta o modelo do termo de consentimento, trata-se de um documento assinado pelos entrevistados afim de, permitir que os dados possam ser utilizados no decorrer do trabalho e que o entrevistador se compromete a não mencionar nomes com intuito de evitar possíveis constrangimentos.

Após coletados os dados, os mesmos foram tabulados e posteriormente analisados. Com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados, realizou-se a adaptação e transcrição destes para garantir o teor das informações.

A análise qualitativa, utilizada nesse trabalho, baseou-se no em dados coletados a campo. Esse método restringe-se em utilizar fórmulas e métodos estatísticos para a análise dos dados encontrados, na análise qualitativa não existem procedimentos ou metodologias predefinidas para analisar os dados (GIL, 2010). No entanto, conforme cita Gil (2010), os estudos de Miles e Huberman (1994) apresentam três momentos que podem ser seguidos na análise dos dados: redução, exibição e conclusão/verificação.

- ✓ A redução dos dados se caracteriza pela seleção e simplificação dos dados que foram anotados no trabalho de campo, com objetivo de tornar menos trabalhoso o processo de análise dos dados.
- ✓ A exibição é composta pelo trabalho de organização dos dados selecionados com a finalidade de facilitar a análise sistemática dos dados, as inter-relações, semelhanças e diferenças constatadas. A exibição pode se dá por meio de textos, diagramas, mapas ou matrizes.
- ✓ A conclusão consiste em revisar e identificar o significado dos dados e sua validade, bem como verificar qualquer possível equívoco durante as etapas anteriores e assim saná-las sempre que necessário e por fim, com bases nos dados, ater-se em formular as conclusões oriundas da pesquisa.

Assim, na etapa seguinte tem-se a interpretação e análise dos dados, visto que não há como efetivar qualquer tipo de estudo sem que estes dois processos estejam presentes. Para interpretação dos dados o pesquisador precisa além de conhecer os dados por ele encontrados, também estar atento à literatura existente para que a formulação do problema e suas hipóteses sejam consistentes e por fim, identificar se os objetivos da pesquisa foram alcançados permitindo que se chegue à conclusão em torno do tema abordado (GIL, 2010).

A exposição dos dados se deu de maneira geral em forma de texto, com objetivo de facilitar o entendimento do leitor. Portanto, esse foi método utilizado no trabalho, julgando ser o mais adequado considerando as características do mesmo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção discute-se sobre os resultados alcançados com a pesquisa de campo realizada em cinco agroindústrias e na Emater de Cerro Largo- RS, bem como relacionam-se os dados coletados com a teoria abordada neste referencial.

5.1 A EMATER

Neste item abordar-se-á sobre os dados coletados contendo visão da Emater para com os gestores das agroindústrias de Cerro Largo – RS, bem como o comprometimento da instituição frente às necessidades destes.

A Emater de Cerro Largo conta com uma equipe de quatro profissionais, sendo que dois destes atuam na área econômica, um na área social e ainda uma colaboradora que atua na parte de suporte técnico, no entanto, conforme destaca o diretor da Emater local, a atuação do quadro de pessoal ocorre de maneira conjunta, onde ambos se complementam. Neste caso a entrevista, deu-se com o Diretor da Emater Local, o qual é formado Técnico Agrícola e atua na Emater como coordenador e representante da instituição, além disso, atua na elaboração de projetos bem como na prestação de assistência técnica no meio rural, assim como os demais extensionistas.

Outro ponto destacado pelo diretor é em relação à vinda de veterinários, agrônomos e demais técnicos sempre que solicitado pela instituição à regional de Santa Rosa-RS, onde por sua vez mobiliza o quadro de profissionais para auxiliarem no município solicitante, principalmente para a realização de dias de campo, onde a necessidade de pessoal aumenta. A capacitação dos extensionistas ocorre sempre que a Regional considera pertinente a participação dos mesmos, afim de, garantir a atualização profissional dos técnicos, sendo diversos os cursos oferecidos pelos órgãos do Estado do RS ligados à agricultura familiar e às agroindústrias.

Quanto ao trabalho e função da Emater, percebeu-se por meio da entrevista que o papel dessa organização é atuar em prol do desenvolvimento do meio rural como um todo, seja nas lavouras, indicando as melhores práticas de cultivo, controle de pragas e doenças, seja nas cooperativas, auxiliando na comercialização de produtos coloniais, além disso, atua também na promoção de cursos, seminários, voltado para jovens e mulheres com objetivo de despertar o interesse destes em permanecerem no campo. Já o trabalho nas agroindústrias intensificou-se nos últimos oito anos, conforme destacou o Diretor da Emater local, nas quais, os trabalhos se iniciam na fase embrionária do empreendimento, na elaboração de projetos,

auxílio aos gestores das agroindústrias na busca pelas melhores linhas de crédito, promoção de cursos de capacitação, até a efetiva legalização, ou seja, o papel da instituição resume-se em executar as políticas públicas estaduais e federais existentes da melhor forma possível.

A atuação da Emater especificamente nas agroindústrias requer o empenho constante de todos os seus técnicos, segundo relatos do entrevistado. A fase inicial da criação de uma agroindústria demanda bastante esforço dos extensionistas, que é composta pelo fornecimento de todas as informações relacionadas à legislação, alvarás, documentação e demais licenças ambientais e de funcionamento, cruciais para que o empreendimento possa avançar de estágio, onde a Emater fornece todo o apoio necessário, inclusive fornece os veículos da instituição para deslocar os agricultores até as cidades mais distantes para tratar sobre assuntos de interesse. Já a parte subsequente da constituição de uma agroindústria refere-se à capacitação dos gestores na confecção do produto final, nessa etapa são oferecidos pelos técnicos, cursos de qualificação que visam à confecção de um produto de maior qualidade. Após as etapas anteriores, os profissionais auxiliam no processo de divulgação e comercialização em feiras e demais eventos que o gestor demonstrar-se interessado em participar.

Uma das lacunas existentes refere-se à falta de apoio às agroindústrias á nível microrregional, no sentido de valorizar as potencialidades sócio-econômicas e ecológicas locais, onde prefeituras e outras entidades adjacentes deveriam criar mecanismos de edificação e comercialização dos alimentos produzidos em seus municípios, a fim de garantir uma melhor distribuição na renda principalmente no meio rural (MARIN; TRENTIN, 2010).

Conforme relatos do diretor da Emater de Cerro Largo, *“a instituição oferece ainda assistência técnica e extensão rural sempre que solicitada, mesmo após o processo de legalização concluído, são realizadas visitas técnicas periódicas para verificar o andamento dos empreendimentos de agroindustrialização do município”*.

Em relação às dificuldades encontradas pela Emater em relação à atuação nas agroindústrias refere-se à burocracia e legislação existente, o qual impede a realização de algumas atividades com maior rapidez, por exemplo, a demora para emissão dos alvarás de licença e outorgas, bem como a o alto grau de exigência na construção do prédio da agroindústria. Outro ponto abordado, diz respeito à resistência de alguns gestores em participarem de eventos promovidos pela instituição principalmente aqueles não obrigatórios como dias de campo mais amplos que envolvam assuntos de menor interesse, encontros e palestras em locais mais distantes. Já as dificuldades em relação às agroindústrias, o maior problema apontado é a falta de mão de obra e a sucessão familiar, conforme destaca o diretor

da Emater local, *“de maneira geral, quem comanda os empreendimentos rurais são pessoas com mais de 45 anos, o que nos causa enorme preocupação e impotência, visto que a maioria os jovens não permanecem no campo pela falta de lazer e pelo esforço braçal que o campo exige, preferem morar em grandes centros ou então buscar um emprego que garanta um salário no final do mês”*.

Ao discutirmos sobre a sucessão familiar, vem-nos a mente os conflitos de valores, que muitas vezes afetam a trajetória social dos membros do grupo doméstico, outro entrave da sucessão familiar refere-se à transferência patrimonial familiar, ou seja, os pais dão aos filhos o poder de “gerir” e comandar a propriedade, o que causa inúmeras vezes conflitos e divergências ideológicas, visto que cada geração possui um sistema distinto de atuar, e a partir da mudança passa a vigorar um novo padrão de decisão na propriedade (STROPASOLAS, 2011).

Para Gomes; Schmidt [s.d] a permanência dos jovens no campo é necessária, para isso é preciso criar melhores perspectivas de vida, esse apoio deve vir dos agentes governamentais, sejam federais, estaduais ou municipais. O trabalho deve ser mais intenso e constante no sentido de promover projetos produtivos viáveis e autônomos, bem como oferecer assistência técnica, cursos de qualificação e ainda, maior apoio na comercialização de seus produtos.

A falta de visão dos gestores também foi considerada um ponto fraco pelo Diretor da Emater Local, a adesão às novas tecnologias ainda são bastante restritas e alvos de resistência e que poderiam auxiliar a agroindústria, visto que muitos equipamentos diminuiriam o esforço braçal e a necessidade de mão de obra, além de aumentar a produtividade e eficiência dos empreendimentos.

Com objetivo de comparar o trabalho da Emater de Cerro Largo e suas maiores dificuldades destacamos o trabalho de Moraes et al., (2010), trata-se de uma breve caracterização do perfil de Ater no município de Santa Rosa-RS, na qual os autores constataram que o número de extensionistas era insuficiente para atender todo o público, enfatizaram ainda a importância de haver maior interação entre as políticas públicas existentes e que estas devem adaptar-se às diferentes regiões do país para que sejam mais eficientes. Ainda para Moraes et al., (2010) no município de Santa Rosa-RS a burocracia sobre a política pública da Ater torna o processo dificultoso o que por vezes impede um atendimento adequado aos agricultores e demais por ela atendidos. Já em Cerro Largo-RS, percebeu-se que também existem alguns problemas relacionados à falta de pessoal, no entanto, não compromete a atuação nesse aspecto, já em relação às políticas públicas, constatou-se que a

instituição busca constantemente, oferecer aos agricultores os programas atualizados que o governo disponibiliza.

Sobre os avanços da atuação da Emater, os extensionistas locais enfatizaram o aumento da criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar a partir dos anos 90. Já dos anos 2000 em diante, o aumento nos investimentos em favor do desenvolvimento do meio rural e em especial das agroindústrias favoreceram a criação de um grande número de novos empreendimentos de agro processamento em todo o Brasil, inclusive no RS, atualmente existem programas, leis e normas específicas voltadas à criação de agroindústrias o que facilita o trabalho dos extensionistas.

Em meados dos anos 90 à agricultura familiar passou a conviver com a abertura da economia, onde a política brasileira começa a abrir espaços diferenciados, com políticas voltadas a trabalhar com questões ambientais, de desenvolvimento rural e de produção agrícola. Apesar de já existirem políticas específicas para o agricultor familiar, estas nunca tiveram alcance nacional e que surgem de pressões de várias organizações no sentido de formulações de novas políticas públicas para agricultura familiar, tendo em vista a importância deste setor para o desenvolvimento regional através da geração de trabalho e renda no meio rural (MIOR, 2005).

Para garantir os trabalhos da Emater nas agroindústrias alguns programas são essências, dentre os quais destaca-se o “Pronaf Agroindústria” que disponibiliza o acesso ao crédito para os interessados. Ainda, recentemente a Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR lançou o “Programa Estadual de Agroindústria Familiar” que garante o selo “Sabor Gaúcho”, expressivo e respeitado no âmbito agroindustrial do RS. Já para garantir os trabalhos em favor dos empreendimentos, foi criada em 17 de Janeiro de 2010 a Lei nº 13.921, que tem por finalidade amparar os princípios da agregação e da produção na agricultura, apoio à pesca, extração vegetal e aquícolas, voltando suas políticas para o desenvolvimento rural sustentável e à promoção da segurança alimentar e nutricional da população além buscar promover o incremento da renda das famílias envolvidas (EMATER-RS, 2013).

Quanto à adesão e interesse dos gestores das agroindústrias em participar dos programas oferecidos pelo governo Estadual e Federal bem como adentrar nos processos de legalização, o diretor da Emater local destacou que o papel da instituição é despertar o interesse dos mesmos, bem como incentivar novas alternativas de produção no meio rural, no entanto, depende exclusivamente do empreendedor tomar a iniciativa de mudar, sendo que se isso não ocorrer, de nada adianta o esforço dos extensionistas.

Outro ponto destacado pelo extensionista é a participação dos parceiros como órgãos de suporte e fortalecimento da Emater em Cerro Largo, dentre os parceiros pode-se destacar algumas entidades do município, como a Secretaria da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Inspeção Veterinária, Prefeitura Municipal, Cooperativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Já de caráter Estadual e Federal o Banco do Brasil, MDA e o SDR (departamento de agroindústria), são os principais parceiros.

Percebeu-se por meio da entrevista, o ânimo do extensionista entrevistado, visto que a Emater hoje se encontra consolidada, em seu papel de executor das políticas públicas existentes. O aumento dos recursos destinados nessa área oferece mais segurança financeira a toda cadeia que compreende a agricultura familiar o que acaba motivando os técnicos.

Apesar de alguns percalços, conforme exposto, a instituição juntamente com seus extensionistas mostrou-se confiante em relação ao desenvolvimento das agroindústrias, principalmente a médio e longo prazo, pois antes o que predominava nas pequenas propriedades rurais eram as culturas como soja, milho e trigo, no entanto, recentemente esta realidade vem mudando, dando maior espaço ao cultivo de culturas que permitem a agregação de valor e que oferecem uma renda constante e viabilizem as propriedades, onde por sua vez as agroindústrias são as principais encarregadas por esse processo, conforme destacado pelo Diretor da Emater Local.

Neste sentido, pode-se perceber que a Emater está comprometida com o desenvolvimento das agroindústrias, pois a mesma mostrou-se atenta às necessidades que o meio rural lhes desafia a trabalhar no cotidiano.

5.2 AS AGROINDÚSTRIAS

Esta seção aborda o comportamento dos gestores das agroindústrias em relação aos trabalhos de “Ater” oferecidos pela Emater de Cerro Largo na promoção e desenvolvimento de seus empreendimentos rurais familiares.

Para concretização dos objetivos deste estudo, foram entrevistadas cinco agroindústrias, nas quais são produzidos diversos produtos e estes são comercializados principalmente na região noroeste e missões do RS.

A seguir é apresentado o perfil das agroindústrias entrevistadas, conforme segue no Quadro 2.

Quadro 2: Perfil das agroindústrias entrevistadas.

Agroindústria	Situação	Produtos	Idade do Gestor	Idade da Agroindústria	Nº de pessoas envolvidas direta e indiretamente
Agroindústria “A”	Não Legalizada	Melado, cachaça, açúcar mascavo	53 anos	6 anos	13 pessoas
Agroindústria “B”	Legalizada	Salame e Salsichão	62 anos	20 anos. Legalizada há três anos	7 pessoas
Agroindústria “C”	Em processo de legalização	Melado	38 anos	27 anos	9 pessoas
Agroindústria “D”	Legalizada	Iogurte, queijo, bebida láctea e nata	42 anos	9 anos. Legalizada há quatro anos	5 pessoas
Agroindústria “E”	Não legalizada	Melado	56 anos	10 anos	6 pessoas

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Como se pode observar no quadro 2, das cinco agroindústrias entrevistadas, três produzem derivados de cana-de-açúcar, como, melado, cachaça e açúcar mascavo sendo que destas, duas não são legalizadas e uma está em processo de legalização. Vale destacar que na produção de alimentos de origem vegetal como a cana de açúcar, o processo de regularização não é tão complexo se comparado a de derivados de origem animal, onde o processo é mais complexo, no entanto, por outro lado, a fiscalização é mais severa o que dificulta as agroindústrias deste segmento atuar na informalidade, conforme destacou o diretor da Emater local. Das duas agroindústrias restantes, uma produz derivados de leite, como bebida láctea, iogurte e queijo, e a outra produz embutidos, como salame e salsichão.

O que preocupa é a idade dos gestores, sendo que a média é de 50,2 anos. Analisando esse ponto, percebeu-se que a idade do gestor da agroindústria que está em processo de legalização é mais baixa e é de 38 anos, se comparado com os dois empreendimentos que atuam de forma irregular, onde a idade de ambos é superior a 50 anos. Já a idade dos gestores das agroindústrias legalizadas é de 42 e 62 anos, no entanto, este último não possui problemas de sucessão familiar visto que os dois filhos auxiliam na gestão do empreendimento.

A não sucessão familiar no meio rural em determinada propriedade leva crer que a atividade agrícola pode estar comprometida, com isso alguns intelectuais já buscam respostas ao dilema imposto. Antigamente um dos filhos, geralmente o mais novo era “encarregado” a

cuidar dos pais e da propriedade, assim a sucessão estava garantida por mais algum período, recentemente, os interesses individuais vem prevalecendo, imposições do sistema capitalista, sendo pertinente a busca por novos mecanismos que atraíam os jovens para o meio rural, afim de, evitar sérios danos à estrutura fundiária existente (CARVALHO, 2007).

Quanto aos dados apresentados no parágrafo anterior é possível concluir ainda, que a idade dos gestores é crucial no momento da agroindústria tomar rumos ou procurar a legalização. Percebe-se que quanto mais baixa é a idade do gestor, maiores são as chances do empreendimento possuir certificação, outro elemento de decisão é a perspectiva de sucessão para o empreendimento, quando há essa possibilidade, a probabilidade da agroindústria ter sucesso é ampliada.

Em se tratando das dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias, além da mão-de-obra, conforme destacado por todos os gestores, há também outras dificuldades, para o gestor da Agroindústria “A” *“a intransigência dos demais sócios impede muitas vezes avanços em relação à legalização, além disso, os técnicos poderiam insistir mais com os sócios que não se demonstram dispostos a buscar a legalização”*. Conforme destacado pelas Agroindústrias “3” e “4”, as questões de licenças e outorgas são e foram os maiores impasses para os estabelecimentos legalizados e em processo de legalização.

As questões de legislação sanitária, elaboradas a partir da realidade das grandes empresas de alimentos, que impõem uma estrutura de processamento e normas aquém da realidade e capacidade produtiva das agroindústrias familiares, muitas vezes acarretam na não formalização desses empreendimentos pela sua inviabilidade, onde é preciso adentrar mais nessa questão e promover ações focadas à dada realidade, adaptando os arranjos produtivos ao pequeno agricultor, que por sua vez poderá recompensar oferecendo um produto de maior qualidade e padronização (CRUZ, 2007).

As imposições criadas pela globalização fizeram com que a forma de organização social se modificasse. A riqueza cada vez mais concentrada nas mãos de poucos, forçou os menos favorecidos a buscar novas alternativas de sobrevivência, no entanto, muitas vezes sem suporte técnico-financeiro, motivacional ou informacional, os objetivos não são alcançados.

Assim como abordado na literatura deste referencial, a evolução das políticas públicas em prol da agricultura familiar é perceptível. Para os gestores das Agroindústrias “1” e “3”, a disponibilidade de linhas de crédito, informação e os cursos facilitam o trabalho e o processo de criação de novos empreendimentos de agro processamento no meio rural.

De modo geral, constatou-se que a adesão aos programas e cursos oferecidos pela Emater são bem vistos e úteis para o desenvolvimento das agroindústrias, no entanto, muitos

eventos promovidos pela instituição não possuem a adesão esperada, pois para a maioria dos entrevistados a principal dificuldade em se participar de todos os eventos realizados pela Emater é o fator tempo, visto que a maior parte do dia os gestores estão envolvidos nas tarefas das agroindústrias o que impossibilita os mesmos em participar de todas as atividades, sendo que a participação só é mais efetiva nos cursos profissionalizantes, como de boas práticas de produção e higiene no ambiente de trabalho, que na maioria das vezes são obrigatórios para obter a certificação. Já os programas e cursos de menor adesão, como dias de campo, palestras e exposições de máquinas e equipamentos são alvos da resistência dos empreendedores rurais.

Em se tratando dos principais parceiros além da Emater, o gestor da Agroindústria “A” mencionou a participação da Cooperativa de comercialização de Produtos da Agricultura familiar de Cerro Largo – COOPACEL, responsável pela comercialização dos produtos, do MDA, como órgão responsável pela aquisição das máquinas e equipamentos a fundo perdido, ou seja, são gratuitos para os que aderem ao programa. Também o trabalho do Banco do Brasil, como agente de recursos financeiros. Para a Agroindústria “B”, “C” e “E” os principais parceiros foram e são os engenheiros, Prefeitura municipal e a COOPACEL e a própria Emater. Já para a Agroindústria “D” a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS contribuiu para que seu produto fosse divulgado em várias feiras e exposições do RS, ainda como parceiro a gestora destacou a participação da Prefeitura municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, além da Emater local que sempre esteve presente.

A presença de outras entidades nas agroindústrias torna-se relevante no processo de crescimento e divulgação das mesmas, pois algumas vezes o trabalho dos extensionistas da Emater pode conter uma visão ou ideologia distinta em relação ao olhar de outras instituições, fato que só tende a acrescentar na evolução dos empreendimentos rurais.

Sobre a importância das agroindústrias para o desenvolvimento local e regional, o gestor da Agroindústria “A” destacou que *“os empreendimentos possuem grande importância, pois contribuem para a produção de alimentos, além de ser uma maneira de manter o pequeno produtor no meio rural”*. Os gestores das agroindústrias “B” e “D” consideram importantes os empreendimentos pois geram emprego e renda para as famílias do campo. Já para o gestor da Agroindústria “C” *“a produção de alimentos é o fator mais importante, ainda mais, quando os alimentos são saudáveis. Além disso, garantem renda e viabilizam a permanência das pessoas no meio rural”*. Por fim, para o gestor da Agroindústria “E”, *“a criação de estabelecimentos de agro processamento são essenciais para a produção de alimentos e garantem renda para a propriedade, além disso, tornam a*

pequena propriedade rural viável e oferecem maiores perspectivas para que os filhos permaneçam na propriedade.

Dos alvos de estudo, o gestor da Agroindústria “C” mostrou-se ser o mais animado e entusiasmado, certamente pelo fato de sua agroindústria estar prestes a iniciar suas atividades. Os demais entrevistados não demonstraram insatisfação, inclusive percebeu-se que a comercialização de seus produtos é boa e gera renda aos envolvidos.

O setor agroindustrial tem-se demonstrado significativo para o crescimento de regiões menos favorecidas. Por agregar valor aos produtos, as agroindústrias são consideradas umas das mais eficientes alternativas de desenvolvimento do meio rural de uma região ou município, pois, propiciam condições para que as famílias tenham perspectivas de permanência e sustentabilidade na atividade (KEMP et al., [s.d]).

Assim, pode-se dizer que as agroindústrias estão satisfeitas com o trabalho da Emater de Cerro Largo, no entanto, percebeu-se também que o número de visitas feitas pela instituição é adequado, pois quando há muita insistência acaba prejudicando o andamento natural do processo.

5.3 A RELAÇÃO EMATER X AGROINDÚSTRIAS

Dentre os objetivos propostos nesta seção é confrontar a visão da Emater com a das agroindústrias com a intenção de saber realmente a relação entre a Emater e as Agroindústrias de Cerro Largo.

De maneira geral percebeu-se uma evolução do trabalho das instituições de Ater bem como a consciência das agroindústrias na busca pela eficiência produtiva.

Com base nas entrevistas percebeu-se que o trabalho dos técnicos da Emater é de extrema importância, no desenvolvimento das agroindústrias, pois busca motivar constantemente os gestores, no entanto, alguns fatores devem ser levados em conta, o primeiro deles é a idade dos gestores que preocupa tanto os técnicos da Emater como os próprios donos dos empreendimentos, principalmente no que se refere à falta de mão de obra e a sucessão familiar, o que faz diminuir as perspectivas de continuidade destas agroindústrias.

Conforme publicação do dia 15 de Junho de 2010 do site “Cultivar”, na região de Santa Rosa- RS, 45 escritórios municipais da Emater estão trabalhando ativamente no incentivo aos agricultores na organização e viabilização de agroindústrias familiares. Juntamente com seus principais parceiros, Prefeitura e Sindicatos Rurais, a Emater trabalha

na região com 582 agroindústrias e 1936 agricultores, gerando uma renda anual superior a R\$ 5 milhões, além de ativar a cadeia produtiva da indústria, comércio e serviços

Conforme o Diretor da Emater local, *“a relação entre extensionistas e gestores, vai além do profissionalismo, pois, a vivência e o contato freqüente fazem com que o trabalho diário se pareça uma simples visita de amigos, o que facilita a atuação e o rendimento das atividades nas agroindústrias, inclusive todos os extensionistas compram os produtos das agroindústrias onde prestam assistência, pois sabem que estão consumindo alimentos saudáveis e de qualidade”*, conclui o entrevistado.

De modo geral, tanto a Emater como os gestores das agroindústrias demonstraram-se satisfeitos com o trabalho como um todo, no entanto, questionado aos gestores sobre o que poderia melhorar em relação à atuação da Emater, para as agroindústrias “C” e “D” seria relevante a existência de um técnico ou extensionista para atuar especificamente na parte burocrática e legal, pois a disponibilidade de tempo dos empreendedores e a distância das empresas certificadoras tornam o processo de regularização cansativo e demorado. Já para o gestor da Agroindústria “A” *“a Emater local poderia vir mais a campo, no sentido de testar novas variedades de cana de açúcar para melhorar a produtividade das lavouras, bem como sugerir práticas de cultivo mais avançadas que dependam menos da força braçal, além disso, buscar máquinas e equipamentos adaptadas a realidade das pequenas propriedades, visto que hoje só existem grandes máquinas para o cultivo da cultura da cana”*. O gestor da Agroindústria “B” mostrou-se satisfeito com a atuação da Emater e não sugeriu mudanças para a instituição. Para o gestor do empreendimento “E” a atuação da Emater está conforme o esperado, pois segundo relatos, sempre que teve a necessidade de alguma informação foi atendido, relatou ainda, que o trabalho da instituição é muito mais amplo que aparenta ser, o que falta muitas vezes, é os próprios agricultores buscar as informações, não só a respeito das agroindústrias, mas de tudo o que envolve o meio rural.

Neste ponto de vista entende-se que Emater apesar de ser avaliada positivamente, criando oportunidades no meio rural e garantindo a melhoria da condição de vida dos beneficiados, deve discutir e implementar ações alternativas *apriori* que propiciem a formalização e adequação dos empreendimentos irregulares, na busca pela maximização de suas ações.

Na visão de Abramovay (2007, p. 6), a Pnater é um documento *“fortemente influenciado por uma visão corporativista que vê na participação social organizada condição necessária e praticamente suficiente de sucesso na execução de políticas públicas”*, ou seja, o

autor considera o trabalho das instituições um tanto irrelevante, pois as mesmas são altamente influenciadas e que o papel de transformação deve vir das próprias pessoas.

Quanto ao nível de comprometimento dos extensionistas para com as causas das agroindústrias, os cinco gestores entrevistados mostraram-se satisfeitos, bem como ressaltaram que são realizadas visitas freqüentes onde os técnicos procuram ficar a par das atividades dos empreendimentos.

O gestor da Agroindústria “A” relatou que geralmente as visitas são mensais, pois existe o interesse em buscar a legalização, além das visitas, muitas vezes são oferecidos cursos, onde o próprio gestor desloca-se até o local de encontro para participar. Já na Agroindústria “B” as visitas são bem menos freqüentes, pois a legalização já está consolidada há mais tempo.

Na Agroindústria “C” que está em processo de legalização, as visitas são bastante freqüentes, pois o auxílio dos técnicos é essencial nessa etapa, ainda conforme relatou o gestor, *“no nosso caso, fomos nós mesmos que procuramos a instituição, afim de, regularizarmos nossa situação, pois vendemos bastante melado para cidades mais distantes, além disso, fomos multados várias vezes, isso nos fez mudar de ideia e buscar a certificação e tão prontamente os extensionistas estiveram dispostos a nos auxiliar”*. A gestora da Agroindústria “D” ressalta que ocorrem visitas, no entanto, essas visitas são de outros gestores interessados em investir em uma agroindústria, e ocorrem uma vez a cada três meses, previamente agendadas para evitar maiores transtornos, onde os técnicos da Emater acompanham os visitantes e com isso, são fornecidas todas as informações aos presentes. A gestora destacou ainda que não possui folgas durante a semana, pois a demanda por seus produtos é crescente o que dificulta as visitas dos técnicos à agroindústria e que sempre que precisa procura os extensionistas. Por fim, o gestor do empreendimento “E” relatou que *“ocorrem visitas a agroindústria, a cada três meses, não sendo isso uma regra, no entanto, encontro os técnicos da Emater freqüentemente pela cidade ou pelo interior, e em cursos que a instituição promove, assim podemos conversar sobre vários assuntos, inclusive sobre o andamento da agroindústria”*.

Com base nos dados acima percebeu-se que a Emater busca dar mais ênfase às agroindústrias não legalizadas e em processo de legalização, pois necessitam de maior apoio em comparação aos empreendimentos já consolidados e com certificação que um dia já receberam mais atenção e hoje podem dar seus “próprios passos”.

Em se tratando das melhorias sugeridas pelos gestores, constatou-se que as mesmas não comprometem o bom andamento das agroindústrias, no entanto, analisando as

reivindicações dos entrevistados é possível afirmar que as mesmas podem ser acatadas e certamente sanadas pelos extensionistas, o que não se sabe é se em algum momento os gestores relataram para técnicos da Emater sobre tal insatisfação nos quesitos acima mencionados.

Percebeu-se que ambos os objetos de estudo trabalham em sintonia, que se comparam a um ambiente familiar e descontraído onde todos os envolvidos já se conhecem e talvez seja por isso que não foi possível encontrar grandes divergências entre a visão da Emater e das Agroindústrias, e ainda pelo fato de que ambos vêm desempenhando seu papel com astúcia, cada um em seu contexto e função.

Na intenção de engrandecer o trabalho buscou-se reunir teorias existentes que tratam da relação da Emater com as Agroindústrias, no entanto, apesar dos esforços para encontrar documentos, o meio acadêmico possui um acervo literário bastante limitado sobre a relação que a Emater possui com as agroindústrias, fazendo com que as comparações fossem restritas em grande parte, com isso irá se buscar dados de *sites* que demonstram essa relação.

Hoje a Emater no RS divide-se em áreas de atuação, dentre elas destaca-se a “área de agroindústria” que presta assistência técnica aos agricultores familiares na organização, implantação e adequação das agroindústrias. Recentemente, o RS através do SDR, apresentou o Programa Agroindústria Familiar, criado pelo Decreto Lei nº 49.341 de 5 de julho de 2014, que tem por objetivos gerais a organização dos agricultores familiares e públicos tradicionais: a valorização do trabalho coletivo, a promoção do fomento, a legalização das agroindústrias familiares de pequeno porte, objetivando o desenvolvimento rural sustentável que possui como agente executor dessa a política pública a Emater. (EMATER-RS, 2014).

Conforme site oficial da Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões – RS, de 26 de agosto de 2013, a partir de uma necessidade percebida pela Emater/RS-Ascar em promover a inter-relação entre os gestores municipais e seus agricultores familiares, foi realizado um seminário para sensibilizar as lideranças municipais com relação às necessidades dos agricultores familiares que investirem na atividade de agroindústria. A participação dos gestores e a mobilização coletiva dos municípios são de extrema importância para desenvolver estratégias regionais visando o aperfeiçoamento do trabalho dos agricultores familiares dessa região.

Neste sentido a EMATER é um ponto de referencia para os beneficiados, proporcionando a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização de seus produtos, agregando valor a eles, gerando renda e oportunidades no meio rural, uma vez que os jovens migram para as grandes cidades em busca de melhores

condições de trabalho é preciso desenvolver novos mecanismos de contenção dessa tendência de urbanização que se enfrenta, justamente onde a instituição vem se destacando.

5.4 A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Com objetivo de verificar a importância da assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, buscou-se enfatizar a visão de alguns autores que tratam sobre o assunto, a fim de sustentar a teoria defendida nesta seção.

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo comunicativo das novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades minifundiárias (PEIXOTO, 2008).

Entende-se que os serviços de assistência técnica e extensão rural bem organizados são capazes de transferir todo o conhecimento obtido, seja nas pesquisas existentes, seja na vivência dos técnicos, além disso, o comprometimento dos extensionistas e demais profissionais voltados para o meio rural são a chave para a maximização das atividades que ocorrem em favor do desenvolvimento do campo, principalmente das pequenas propriedades rurais.

O trabalho de assistência técnica e extensão rural constituem um importante mecanismo de suporte ao desenvolvimento rural. No Brasil esta importância torna-se maior ao analisar a realidade do país e considerar os problemas sociais existentes enfrentados pelos produtores. Desse modo, o técnico extensionista deve ir além de meramente levar informações úteis ao produtor rural. O ideal é que a informação seja passada, levando em conta a realidade de cada produtor rural, considerando suas experiências adquiridas ao longo da vida, sua cultura e também o ambiente social (SCALABRIN et al., 2009).

Percebeu-se nesse trabalho, a importância das instituições de Ater para o desenvolvimento do meio rural e principalmente das agroindústrias de Cerro Largo, em vista do comprometimento que a Emater local demonstrou ter com o público analisado, mesmo diante das dificuldades apontadas pela Emater local, as freqüentes visitas realizadas junto às agroindústrias analisadas comprovaram a seriedade do trabalho da instituição.

Considerando a importância aferida ao trabalho da assistência técnica, Sales; Watanabe, (2011), sugerem algumas alternativas para a melhoria dos sistemas produtivos da agricultura familiar, são elas:

- Investir em atividades com alto potencial econômico como: plantas medicinais, flores, hortaliças e fruticultura.
- Atividades que permitem áreas menores: avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, apicultura e aquíicultura.
- Produção de alimentos orgânicos.
- Produtos com identidade territorial e cultural.
- Pluriatividade: desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas fora do estabelecimento rural uma parte do tempo.
- Industrialização e processamento de alimentos em pequenas e médias indústrias rurais.
- Indicação Geográfica: proteção e promoção de produtos com características diferenciadas que podem ser atribuídas à sua origem geográfica.
- Formação de clusters, nichos de produção ou Arranjos Produtivos Locais.
- Planejamento, organização e gestão da atividade.

Diante dos estudos apresentados percebe-se a importância que a Assistência Técnica e Extensão Rural possui para o meio rural. Apesar de hoje existirem diversas outras empresas e entidades privadas que oferecem estes serviços, muitos agricultores não possuem condições financeiras para contratar tais instituições de fomento e auxílio à propriedade rural, reforçando ainda mais a importância e necessidade da existência destes órgãos públicos, a fim de evitar o desamparo às classes menos favorecidas.

Assim como nas demais geografias, em Cerro Largo – RS, a participação das empresas privadas na assistência técnica torna-se cada vez mais efetiva. No entanto, o papel da Emater juntamente com seus parceiros é essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar do referido município, pois na maioria das vezes as empresas privadas possuem apenas o objetivo de vender seus “pacotes” e serviços com intuito de gerar lucro, onde o benefício aos agricultores segue em segundo plano, o que não condiz com o trabalho da Emater local, sendo, portanto, um dos diferenciais da instituição.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho visou estudar o modo como a Emater desenvolve seu papel, que é de oferecer assistência técnica e extensão rural às agroindústrias do município de Cerro Largo – RS. Logo se percebeu que as críticas feitas ao agente público em questão, a nível nacional não pode ser aplicado ao caso de Cerro Largo, em virtude do comprometimento que há deste para com as agroindústrias deste município.

Os dados encontrados na pesquisa qualitativa mostram a satisfação dos entrevistados em relação à atuação da Emater nas agroindústrias de Cerro Largo. O estudo revela também a importância do governo no desenvolvimento das agroindústrias bem como o fortalecimento da Emater como instituição de promoção desse desenvolvimento. O aumento de programas voltados para a agricultura familiar fez com que mais famílias tivessem acesso a crédito, como exemplo deste avanço pode-se destacar o “Pronaf Agroindústria” que fornece aporte financeiro e cursos de capacitação aos interessados da área.

O elemento motivador deste estudo era justamente quebrar paradigmas em relação à atuação da Emater no município de Cerro Largo, sendo criticada inclusive na literatura existente, não só a nível regional, mas nacional, como instituição ausente e incapaz de auxiliar a agricultura familiar.

Através deste estudo foi possível concluir que a Emater demonstra-se sim, comprometida com as causas das cinco agroindústrias entrevistadas, oferecendo aporte sempre que solicitada pelos gestores das agroindústrias, no entanto, constatou-se também alguns entraves, como a falta de entusiasmo desses gestores, principalmente as não legalizadas, o que causa certa “impotência” à Emater.

Em se tratando da falta de entusiasmo dos gestores de algumas agroindústrias, surgem novos dilemas, um dos propulsores desse “desânimo” é a questão da sucessão familiar e a falta de mão de obra no empreendimento. Das cinco agroindústrias entrevistadas, a média de idade dos gestores é de 47 anos, em decorrência disso, para as não legalizadas principalmente, existe o receio em fazer novos investimentos, considerando a falta de perspectiva de continuidade do negócio.

Apesar das dificuldades apontadas pelo diretor da Emater local, as perspectivas futuras para a agricultura familiar tendem a ser positivas em vista do aumento na disponibilidade de recursos financeiros, além da capacidade de agregação de valor e diferenciação que as agroindústrias possuem.

Em consentimento com o que defende Caporal (1991), antes de sugerir mudanças é preciso conhecer o ambiente a ser modificado e quais são as principais variáveis que

porventura interferem a atuação dos extensionistas em seus trabalhos. Para tanto, no município de Cerro Largo pouco precisa ser mudado em relação à atuação da Emater, pois a mesma mostrou-se eficiente em suas atividades em vista da perceptível satisfação dos gestores das agroindústrias entrevistadas.

Por fim, percebeu-se que os objetivos propostos no trabalho foram alcançados, visto que foi possível buscar respostas ao que foi proposto inicialmente. No entanto, identificou-se algumas limitações no trabalho em questão, como a falta de tempo para a realização de uma pesquisa mais ampla, que envolvesse a Emater e as agroindústrias de outros municípios, a fim de possibilitar a comparação de dados em diferentes contextos, ainda a ausência de um pré-teste nos roteiros de entrevista, servindo os elementos acima de sugestão para estudos futuros. Ainda com o que foi visto neste estudo, a motivação é o elemento-chave para o sucesso e continuidade dos empreendimentos, e como percebemos a Emater de Cerro Largo está fazendo sua parte.

REFERENCIAS

- AAKER, D. et al. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.
- ABRAMOVAY, R. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação**. Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de ATER**, Brasília, 2010. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/.L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/.L12188.htm) Acesso em: 30 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. **Chamada pública para seleção de entidades executoras de da assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar sustentável** – Brasília, 2012. Disponível em [http:// www.mda.gov.br/portal/arquivos](http://www.mda.gov.br/portal/arquivos) Acesso em: 28 nov. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Fomento a Diversificação Econômica. **Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area/agroindustria.php>. Acesso em 23 out. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **Nova lei da Ater**. Disponível em: [http:// www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/car](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/car) Acesso em: 11 out. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Orientações para o acompanhamento dos programas de desenvolvimento agrário. Coleção olho vivo**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/ControleSocial.pdf> Acesso em: 23 Dez. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar. **Objetivo da assistência técnica e extensão rural**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciaatecnicaextensaorural> Acesso em: 06 dez. 2014.
- BREITENBACH, M. **Como a extensão rural desenvolvida pela Emater- RS/ ASCAR trabalha com as culturas locais**: A experiência do trabalho com mulheres no município de Garruchos/ RS. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, IJUÍ – RS, 2007.
- BREITENBACH, R. **Apreciação de um projeto de desenvolvimento rural sob a ótica da sustentabilidade**. Projeto de pesquisa da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, São Luiz Gonzaga-RS, 2004.
- CABUGUEIRA, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. **Análise de alguns aspectos de política econômica regional**. Gestão e Desenvolvimento, 2000. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf Acesso em: 03 Jan. 2014.

CALLOU, A. et al. **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil.** 2008. Relatório de Pesquisa, (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Itamaracá – PE, 2008.

CARVALHO, V. **Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero.** Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. XLV, 2007 – Londrina. UEL, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/487.pdf> Acesso em: 05 jul. 2014.

CAPORAL, F. **A extensão rural e os limites á prática dos extensionistas do serviço público.** 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – 1991.

CENCI, A. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do condesus.** 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2007.

CRUZ, F. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte.** 2007. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2007.

CULTIVAR. **Emater-RS incrementa trabalho com agroindústrias.** Disponível em: <http://www.grupocultivar.com.br/site/content/noticias/?q=13440> Acesso em 04 jul. 2014.

EMATER- RS. **Agroindústria Familiar:** Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php> Acesso em: 06 jul. 2014

ESTADÃO. Economia e Negócios 23 de set. 2013. **Agronegócio deve garantir metade da expansão do PIB.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impress,agricultura...> Acesso em: 10 out. 2013.

FAO; CEPAL. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural em las américas: Una mirada hacia américa latina y el caribe,** 2012. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/b3165e/b3165e.pdf>. Acesso em: 02 Jan. 2014.

FAVARETO, A. Ruralidade. In: **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu, 2007. p. 85-107.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, J; SCHMIDT, C. **A importância das redes cooperativas de agroindústrias familiares para a permanência dos jovens no meio rural.** Arquivos Emater. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Ezio%20Gomes.pdf Acesso em: 06 jul. 2014.

GUANZIROLI, C. **Agroindústria rural no Brasil: experiências bem e mal sucedidas.** Textos para Discussão. Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Economia. Niterói, 2010. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD261.pdf Acesso em: 06 jan. 2014.

IBGE CIDADES. **Histórico do município de Cerro Largo**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430520&search=rio-grande-do-sul|cerro-largo|infograficos:-historico> Acesso em: 22 Jan. 2014.

INFOESCOLA. **Mapa do Município de Cerro Largo**. Microrregiões do rio grande do sul. Disponível em: <http://www.infoescola.com/mapas/mapa-das-microrregioes-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 20 Jan. 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **O perfil da agroindústria rural no Brasil: Uma análise com base nos dados do censo agropecuário 2006**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/4.pdf> Acesso em: 13 out. 2013.

KAIGEYAMA, A. Desenvolvimento rural – modelos e dinâmicas. In. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. p. 51-84.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: **Conceito e Medida**. *Revista de ciência e tecnologia*, Brasília, v.21, n. 3, p. 379 – 408, set. / 2004.

KEMP, A. et al., **Modelo Agroindustrial: Bases para o desenvolvimento local**. Santo Augusto. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Santo Augusto. [s.d] Disponível em: http://redcidir.org/multimedia/pdf/trabajos_seleccionados/Seleccionados-IV-Simposio/Produccion-Turismo-Desarrollo/Modelo_Agroindustrial_Bases_Para_O_Developimiento_Local.pdf Acesso em: 30 Jun. 2014.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, Z; TRENTIN, G. **Desenvolvimento rural: Análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul – RS**. v. 34, n. 127, p. 35- 51, 2010, Campinas do Sul. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/new/site/pdfs/perspectiva/127_120.pdf Acesso em: 6 jul. 2014.

MARTINELLI, D; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Editora Manole, São Paulo, 2003.

MIOR, C. **Desenvolvimento Rural: A contribuição da teoria das redes**. In: I Colóquio sobre agricultura familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Novembro de 2005.

MORAES et al., **Breve caracterização do perfil de Ater no município de Santa Rosa- RS**. Congresso da sociedade brasileira de economia administração e sociologia rural, 2010 – grupo de pesquisa: Agricultura familiar e ruralidade. 48, 2010, Santa Maria. UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/559.pdf> Acesso em: 26 jun. 2014.

NUNES, S. N; GRÍGOLO, S. C. **Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil**. 1. ed. Ijuí. Unijuí, 2013.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação**. Consultoria legislativa do senado federal – centro de estudos, texto para discussão 48, Brasília, 2008. http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf.

PELEGRINI, G. **Estudo de fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústrias familiares: o caso do município de Palmitinho – RS.** 2003. 161f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PINHO, Diva; VASCONCELLOS, M. A (Org.). **Manual de economia.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTAL BRASIL. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Senado aprova a criação da Agência Nacional de Ater.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov/paginainicial/2013/11> Acesso em: 31 dez. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. **Dados gerais do município.** Disponível em: <http://cerrolargo.rs.gov.br/portal/a-cidade/> Acesso em: 02 jan. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES. **Agroindústria familiar é tema do seminário.** Disponível em: http://www.palmeiradasmissoesrs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1202&Itemid=53 Acesso em: 07 jul. 2014.

ROTTA, E; REIS, C. **Desenvolvimento regional e políticas sociais.** Oídles (Málaga), v.01, 434 -458, 2007.

SALES, G; WATANABE, M. **Marco regulatório sanitário para a agroindústria rural de pequeno porte: O caso do queijo de minas artesanal.** In: VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2011. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=23&id=3214> Acesso em: 6 jul. 2014.

SCALABRIN, A. et al., **A Importância do reconhecimento dos saberes do agricultor familiar para o desenvolvimento rural da amazônia.** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/1284.pdf> Acesso em: 24 ago. 2013.

SEPULCRI, O; DE PAULA, N. **A Emater e seu papel na difusão de tecnologia nos seus 50 anos.** Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/02_A_Emater_papel_Dif_Tec.pdf Acesso em: 07 jul. 2014.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, P; GUIMARÃES, G. **Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: Indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas.** v. 01, In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Fortaleza: EMBRAPA/SBSP, 2007. 15p. Disponível em http://www.cnpat.br/sbsp/anais/trab_format_PDF/99.pdf

STROPASOLAS, V. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas.** v. 8 – n. 1 março de 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/08/artigo-5.pdf> Acesso em: 06 jul. 2014.

SULZBACHER, A.W. **Agroindústria familiar rural: Caminhos para estimar impactos sociais.** UFSM, 2009.

VASCONCELLOS, M. A. **Economia macro e micro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. “Territórios para um desenvolvimento sustentável” **Ciência e Cultura**, ano 58 (1), janeiro – março 2006. Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf> Acesso em: 13 jan. 2014.

WESZ, J; TRENTIN, I. **Abordagem territorial no diagnóstico das agroindústrias familiares**. Grupo de trabalho. [sd]. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t03.pdf> Acesso em: 05 jan. 2014.

WESZ, J; TRENTIN, I; FILIPPI, E. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil**. 2008[s.l]. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/588.pdf> Acesso em: 04 Jan. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista – Emater

1. Quantos extensionistas atualmente atuam na Emater deste município? Quais funções desempenham? (técnicos, veterinários, agrônomos, outros).
2. Quem é o extensionista responsável por atuar exclusivamente nas agroindústrias? Ou a atuação é conjunta?
3. Qual o objetivo e finalidade da Emater? E os objetivos da Emater em relação às agroindústrias?
4. Há quanto tempo a Emater exerce atividades em prol das agroindústrias?
5. Quais atividades a Emater vêm desempenhando para promover o desenvolvimento das agroindústrias?
6. As Agroindústrias demonstram interesse em participar das atividades promovidas pela Emater? (cursos de capacitação, palestras, oficinas, etc..).
7. Quais as principais dificuldades e desafios encontrados em trabalhar com proprietários de agroindústrias e pessoas do meio rural?
8. Há algum tipo de motivação (não financeira) que faz com que os técnicos da Emater continuem atuando nas agroindústrias.
9. Como é o processo de convencimento dos gestores das agroindústrias? (Adesão às novas técnicas, políticas governamentais, etc.)
10. Na visão da Emater, de que forma a instituição contribui para o desenvolvimento das agroindústrias e do meio rural?
11. Quem são os principais parceiros da Emater? Que funções desempenham? Em que contribuem para promover as agroindústrias?
12. Como ocorre o contato e a relação de proximidade entre agroindústrias e Emater, quem procura quem?
13. Existem programas de profissionalização e atualização para os extensionistas. (congressos anuais, etc.) em relação à agroindustrialização?
14. Como a Emater vê a lei de ATER, e em que ela contribui para extensão rural em geral, e para as agroindústrias em específico?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista - Agroindústrias

1. Que produtos a agroindústria processa?
2. Quantas pessoas estão envolvidas, direta e indiretamente no empreendimento?
3. Quem gerencia o negócio? Idade do gestor?
4. Há quantos anos a agroindústria está em atividade?
5. A agroindústria possui alguma relação com a Emater da cidade? Qual?
6. Há quanto tempo a Emater oferece acessória?
7. Em relação a legalização, a Emater dispõe-se em auxiliar se porventura solicitada?
8. É oferecido algum tipo de assistência técnica quando necessário?
9. A Emater está sempre disponível quando solicitada?
10. A Emater demonstra-se comprometida com as causas da agroindústria?
11. Quais são as principais dificuldades encontradas pela agroindústria quando da necessidade de alguma informação sobre legislação, por exemplo, a Emater é atuante nesse aspecto?
12. Em sua opinião, o que poderia melhorar em relação à atuação da Emater em seu município?
13. Quem são os parceiros da Agroindústria? Que órgãos mais auxiliam empreendimento?
14. A Emater costuma realizar visitas à agroindústria? Com que frequência essas visitas ocorrem?
15. Como vocês vêem a importância das agroindústrias para a região? De que forma elas contribuem para o desenvolvimento tanto da região como das propriedades rurais?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento – Agroindústrias/Emater

Eu, MARCELO AUGUSTO WERLE, aluno do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Cerro Largo, orientado pela Professora Dionéia Dalcin, estou realizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**A Extensão Rural na Promoção do Desenvolvimento de Agroindústrias Familiares no Noroeste do Rio Grande do Sul: O Caso de Cerro Largo-RS**”, para tanto peço sua contribuição fornecer alguns dados para que eu possa realizar a pesquisa de campo.

Saliento que em momento algum usarei nomes durante a tabulação dos dados, apenas serão utilizados os dados utilizando termos como “a agroindústria “A” ou “entrevistado “B” e termos semelhantes que não comprometem a imagem do entrevistado.

Assim, peço seu consentimento para a realização da presente entrevista,

Assinatura do Entrevistado